

Pecha kucha

**Mapeamento colaborativo de pesquisadores com
deficiência como estratégia de fortalecimento do campo
dos estudos sobre deficiência**

**Collaborative mapping of researchers with disabilities as a
strategy to strengthen the field of disability studies**

**La creación de redes colaborativas de investigadores con
discapacidad como estrategia para fortalecer el campo de los
estudios sobre discapacidad**

Daniele da Silva Garcez Novaes

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2736-8676>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7320683798375484>

daniele.novaes@fiocruz.br

João Pedro Souza de Oliveira

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5690-5505>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0480682881852651>

rpjoaodeoliveira@gmail.com

José Carlos Mendes Moreira Xavier

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8643-5720>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8316501649007459>

jose.xavier@fiocruz.br

Laura de Azeredo Santos

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6089-5286>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7692447465592284>

laura.azeredo@fiocruz.br

Raquel Chagas de Araújo*

Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7463-1971>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8031940792696240>

rchagas@fiocruz.br

* Autor correspondente.

Resumo

Este trabalho apresenta a proposta de desenvolvimento de um mapa colaborativo de pesquisadores com deficiência, concebido como uma infraestrutura digital acessível e participativa voltada à ampliação da visibilidade e articulação desse grupo no campo científico. A iniciativa se insere nas discussões sobre Ciência Aberta, que promovem maior acesso, transparência e participação na produção do conhecimento. No campo dos estudos sobre deficiência, esse debate envolve reconhecer pessoas com deficiência como sujeitos legítimos da produção científica, enfrentando processos históricos de invisibilização e injustiça epistêmica. Apesar de avanços normativos, ainda há escassez de dados sistematizados sobre a presença desses pesquisadores, o que dificulta a formulação de políticas de inclusão no âmbito acadêmico. No Brasil, plataformas como o Currículo Lattes passaram a incorporar a autoidentificação de deficiência, mas sem mecanismos adequados de análise pública. Nesse contexto, o mapeamento proposto busca identificar trajetórias, áreas e instituições, fortalecendo redes, ampliando a visibilidade científica e subsidiando políticas mais equitativas.

Palavras-chave:

Ciência Aberta; Pessoas com deficiência; Mapeamento colaborativo.

Abstract

This study presents a proposal to develop a collaborative map of researchers with disabilities, conceived as an accessible and participatory digital infrastructure aimed at increasing the visibility

and coordination of this group within the scientific community. This initiative is in alignment with the Open Science movement, which advocates for increased access, transparency, and engagement in the creation of knowledge. In the domain of disability studies, this discourse entails the recognition of individuals with disabilities as legitimate subjects of scientific inquiry, and it involves confronting the historical processes of invisibilization and epistemic injustice. Despite regulatory advances, there remains a scarcity of systematized data on the presence of these researchers, which hinders the formulation of inclusion policies in the academic sphere. In Brazil, educational platforms such as the Lattes Curriculum have recently begun to incorporate self-identification of disability, but without adequate mechanisms for public analysis. In this context, the proposed mapping seeks to identify trajectories, fields, and institutions, thereby strengthening networks, expanding scientific visibility, and informing more equitable policies.

Keywords:

Open Science; Persons with disabilities; Collaborative mapping

Resumen

El presente estudio propone el desarrollo de un mapa colaborativo de investigadores con discapacidad, concebido como una infraestructura digital accesible y participativa, destinada a ampliar la visibilidad y la articulación de dicho grupo en el ámbito científico. La iniciativa en cuestión se inscribe en los debates actuales sobre la Ciencia Abierta, que fomentan un mayor acceso, transparencia y participación en la producción del conocimiento. En el contexto de los estudios sobre discapacidad, este debate conlleva el reconocimiento de las personas con discapacidad como sujetos legítimos de la producción científica, lo que implica hacer frente a los procesos históricos de invisibilización y de injusticia epistémica. A pesar de los avances normativos, se evidencia una carencia de datos sistematizados sobre la presencia de estos investigadores, lo que obstaculiza la formulación de políticas de inclusión en el ámbito académico. En el contexto brasileño, plataformas como el Currículo Lattes han iniciado la incorporación de la autoidentificación de la discapacidad, aunque sin disponer de mecanismos adecuados de análisis público. En este contexto, el mapeo propuesto tiene como objetivo identificar trayectorias, áreas e instituciones, fortalecer redes, ampliar la visibilidad científica y respaldar políticas más equitativas.

Palabras clave:

Ciencia Abierta; Personas con discapacidad; Cartografía colaborativa

Introdução

Nas últimas décadas, a democratização do acesso ao conhecimento científico tem se tornado um tema central nas discussões sobre políticas de ciência e tecnologia. Ao debater sobre a evolução histórica da Política Científica, Tecnológica e de Inovação (PCTI), Velho (2011) ressalta que a lógica de gestão da PCTI está relacionada ao conceito dominante de ciência e, por isso, a chave para o aperfeiçoamento dessas políticas é reconhecer que a ciência é socialmente construída, exige necessidades e prioridades nacionais e requer a participação de múltiplos atores.

Nesse sentido, o movimento da Ciência Aberta emerge como um conjunto de princípios e práticas voltados à ampliação do acesso, transparência e participação nos processos de produção e circulação do conhecimento científico. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Ciência Aberta pode ser compreendida como um modelo que busca tornar o conhecimento científico “abertamente disponível, acessível e reutilizável por todos”, promovendo práticas científicas mais colaborativas e inclusivas (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021). Tal ampliação do conhecimento implica também reconhecer a diversidade de sujeitos que participam da sua produção.

Nos estudos sobre deficiência, esse movimento é interessante porque reconhece as Pessoas com Deficiência (PcD) como sujeitos legítimos de conhecimento e não apenas como objetos de estudo. Tal perspectiva busca superar a marginalização histórica desses saberes e se alinha à noção de “injustiça epistêmica”, ao conferir visibilidade às experiências, vozes e perspectivas (Fricker, 2007) dessas pessoas que são frequentemente excluídas das estruturas tradicionais de produção e circulação do conhecimento.

Apesar dos avanços nas discussões sobre diversidade e inclusão no campo científico, ainda há uma lacuna significativa de dados sistematizados sobre a participação de PcD na produção e circulação do conhecimento científico. O capacitismo estrutural no ambiente acadêmico configura-se como um sistema abrangente de exclusão que opera no “núcleo rígido” das estruturas institucionais, normalizando padrões corporais e cognitivos que desconsideram a diversidade humana (Miranda & Tosta, 2025). Esse fenômeno está profundamente enraizado em métricas neoliberais de produtividade e desempenho, que tipificam corpos com deficiência como “não produtivos” e frequentemente deslocam a acessibilidade do lugar de direito para o de caridade ou privilégio (Miranda & Tosta, 2025).

Além disso, a academia perpetua um “silêncio acadêmico” e um “teto de vidro” que invisibilizam as competências e a ascensão funcional desses profissionais, tratando-os predominantemente como objetos de assistência ou discentes em formação, em vez de reconhecê-los como sujeitos políticos aptos a ocupar cargos de decisão e liderança na gestão universitária (Miranda & Tosta, 2026). Como resultado desses fatores, muitos países, inclusive no contexto latino-americano, não incorporam marcadores relacionados à deficiência nos levantamentos institucionais,

impossibilitando uma dimensão evidente da presença e das condições de permanência desses sujeitos na ciência.

Em razão à ausência de dados e marcadores institucionais, iniciativas de mapeamento colaborativo de pessoas pesquisadoras com deficiência podem desempenhar um papel importante no enfrentamento da injustiça epistêmica e no fortalecimento desse campo. Ao identificar, conectar e evidenciar as trajetórias acadêmicas e as contribuições científicas dessa população, é possível demarcar a presença desses sujeitos nos sistemas institucionais e na academia científica, como também ampliar as redes de conhecimento para diminuir o isolamento científico.

Mapeamento colaborativo: reconhecendo pesquisadores com deficiência

Historicamente excluídas do contexto social (Silva, 1987; Medeiros et al., 2010; Maior, 2017; Xavier, 2022), as PcD passaram a ter mais visibilidade a partir do final do século xx e início do xxi por conta da construção de dispositivos legais que atendem às especificidades dessa comunidade, como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, e a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015). Ainda que, no Brasil, existam as políticas afirmativas como forma de garantir a efetivação de direitos (Ferreira, 2017), é necessário ir além das cotas e concretizar em ações as políticas e programas que visam assegurar a permanência de discentes com deficiência, permitindo um processo de aprendizagem digno e satisfatório (Marques & Barbosa, 2022). No entanto, além da inclusão nos espaços de ensino, também é fundamental evidenciar a participação das PcD na pesquisa.

Desde meados dos anos 1980, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem se preocupado em padronizar o registro de currículos de pesquisadores para gerar estatísticas sobre a ciência no país através do Currículo Lattes. No entanto, somente em dezembro de 2024, a plataforma passou a disponibilizar a autoidentificação da população com deficiência. Apesar da divulgação no perfil oficial da plataforma no Instagram, não é possível encontrar qualquer registro sobre essa atualização no site do CNPq ou do Currículo Lattes, demonstrando uma divulgação restrita da nova funcionalidade. As pessoas usuárias da plataforma podem sinalizar o tipo de deficiência (auditiva, física, intelectual, visual, transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla) e escolher se essa informação será pública ou privada. No entanto, nota-se que na ferramenta de busca dos currículos não existe a opção de filtro para identificação de pessoas pesquisadoras com deficiência que optaram por deixar essa informação pública.

Uma vez que o painel do CNPq sobre Formação e Atuação dos pesquisadores (Costa, 2023) se restringe a mostrar dados sobre sexo, cor ou raça e faixa etária, o mapeamento do perfil das pessoas que contribuem para a ciência brasileira revela uma invisibilidade estatística sobre a deficiência. Corroborando com essa perspectiva, é possível destacar o levantamento da Academia

Brasileira de Ciências (2023) com doutores titulados entre 2006 e 2021, o qual traçou um perfil majoritariamente branco (73,1%) e com leve predominância feminina (53%), mas as fontes indicam que não existem dados precisos sobre o quantitativo de pessoas com deficiência trabalhando na ciência. Além disso, os dados da CAPES sobre a pós-graduação são considerados imprecisos, pois as Instituições de Ensino Superior (IES) não são obrigadas a informar o número de alunos com deficiência para fins de avaliação de cursos (Moreira, 2024). Ao olharmos para estrutura acadêmica de forma mais ampla, Miranda e Tosta (2026) identificam um “silêncio acadêmico” sobre a liderança de pessoas com deficiência e apontam que uma revisão sistemática mostrou que 97,5% da produção científica sobre gestão e diversidade sequer aborda esse grupo em cargos de decisão.

A partir desses fatores e, conseqüentemente, da valorização da diversidade, tendo em vista a necessária e contínua realização de levantamentos censitários educacionais, podemos pensar o fortalecimento das redes acadêmicas, com a inclusão de discentes, docentes e pessoas pesquisadoras com deficiência desde o início do processo formativo, passando pela permanência e chegando à posterior inserção profissional. Nesse sentido, o mapeamento dessas pessoas visa romper a invisibilidade estatística e o capacitismo estrutural que isolam as PcD na academia brasileira. Por isso, o objetivo deste estudo é criar uma infraestrutura colaborativa que identifique o capital humano de pessoas com deficiência e contribua para a formação de redes colaborativas. Busca-se transformar a percepção dessas pessoas pesquisadoras de “objetos de assistência” para sujeitos de protagonismo e referência não apenas no campo dos estudos sobre deficiência, mas como pessoas que estão produzindo conhecimento.

Metodologia: proposta do Mapa Colaborativo

Um dos principais componentes da infraestrutura é um diretório de pesquisadores, no qual cada participante pode possuir um perfil público contendo informações como: uma breve biografia, instituição de vínculo, área de atuação, publicações e projetos de pesquisa. Esse diretório funcionaria como um espaço de visibilidade acadêmica e de identificação de potenciais colaborações entre pesquisadores de diferentes instituições e áreas do conhecimento.

Outro elemento do protótipo é a presença de um mapa interativo que permita visualizar a distribuição geográfica e relacional dos pesquisadores e de suas instituições. Por meio de representações em rede ou mapas georreferenciados, seria possível observar conexões institucionais, colaborações científicas e a organização temática das pesquisas desenvolvidas, oferecendo uma visão panorâmica da configuração do campo. A centralização desses conteúdos contribui para ampliar o acesso à produção acadêmica relacionada aos estudos da deficiência e fortalecer a circulação do conhecimento produzido nesse campo.

A plataforma pode incluir um espaço de articulação e interação entre pesquisadores, a formação de redes de colaboração e o desenvolvimento de projetos coletivos. Esse ambiente de interação se alinha ao movimento de Acesso Aberto, reforça o caráter participativo da infraestrutura e amplia suas possibilidades de uso como ferramenta de fortalecimento do campo científico. Em conjunto, esses elementos configuram um modelo inicial de infraestrutura digital que combina mapeamento científico, produção de dados abertos e participação da comunidade acadêmica, contribuindo para a construção de um ecossistema de conhecimento mais inclusivo e colaborativo.

Considerações finais

Ao tornar visíveis as trajetórias acadêmicas, as áreas de atuação e as contribuições intelectuais de pessoas pesquisadoras com deficiência, a presente iniciativa contribui para o fortalecimento do campo de estudos sobre deficiência, ampliando a circulação dos saberes produzidos a partir de perspectivas situadas e historicamente invisibilizadas. Ao mesmo tempo, o mapeamento possibilita a identificação desses pesquisadores por área, região e instituição, favorecendo a articulação de redes acadêmicas e a colaboração entre grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e instituições. A produção de dados sistematizados também amplia a incidência política, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas institucionais e públicas voltadas à acessibilidade, equidade e permanência no ambiente acadêmico.

Como desdobramento, prevê-se o desenvolvimento de uma plataforma digital aberta que operacionalize o mapeamento colaborativo, incluindo formulário acessível, interface pública de visualização e estratégias de curadoria e atualização contínua. Esse processo deverá garantir a participação ativa de pessoas com deficiência em todas as etapas, assegurando coerência com os princípios de acessibilidade, Ciência Aberta e participação.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido por meio de bolsa de pesquisa aos autores Daniele Novaes, João Pedro Oliveira, José Carlos Xavier e Laura Santos e pela concessão da bolsa através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – Edital 17-2025 à Raquel Chagas de Araújo.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

Disponibilização dos Dados de Investigação

Disponível em repositório aberto (Zenodo): [DOI 10.5281/zenodo.19324013](https://doi.org/10.5281/zenodo.19324013).

CRedit – Contribuições dos Autores

Daniele da Silva Garcez Novaes | Escrita – revisão e edição; supervisão

João Pedro Souza de Oliveira | Escrita – revisão e edição

José Carlos Mendes Moreira Xavier | Escrita – revisão e edição

Laura de Azeredo Santos | Escrita – revisão e edição

Raquel Chagas de Araújo | Escrita – revisão e edição; supervisão

Referências

Academia Brasileira de Ciências. (2023). *Perfil do cientista brasileiro em início e meio de carreira*. ABC.

Costa, L. E. C. (2023). *Painel Lattes – Formação e Atuação*. <http://bi.cnpq.br/painel/formacao-atuacao-lattes/#/pages/sexo>

Ferreira, G. C., & Motta, I. D. da. (2017). A pessoa com deficiência e a sua inclusão no ensino superior brasileiro. *Revista Jurídica Cesumar*, 17(3), 831–860. <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2017v17n3p831-860>

Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press.

Maior, I. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, 10(2). <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>

Marques, A. R., & Barbosa, J. A. G. (2022). A experiência da graduação por uma pessoa com deficiência. *Revista Docência do Ensino Superior*, 12, 1–16. <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39525>

Medeiros, M., Diniz, D., & Barbosa, L. (2010). Deficiência e igualdade: o desafio da proteção social. In M. Medeiros, D. Diniz, & L. Barbosa (Eds.), *Deficiência e Igualdade*. Letras Livres; Editora UNB.

Miranda, M. A., & Tosta, K. C. T. B. (2025). Capacitismo estrutural e inclusão nas universidades federais brasileiras. *Gestão Contemporânea*, 15(2), 102–116. <https://doi.org/10.5281/zenodo.17859900>

Miranda, M. A., & Tosta, K. C. T. B. (2026). Pessoas com deficiência na gestão superior universitária: Uma revisão sistemática (2019–2025). *Revista DCS*, 23(87), 1–20.

<https://doi.org/10.54899/dcs.v23i87.4656>

Moreira, S. S. (2024, 17 de julho). Pessoas com deficiência impulsionam a pesquisa na universidade. *Revista Educação*.

Silva, O. M. da. (1987). *A epopeia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. CEDAS.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2021). *UNESCO recommendation on open science*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949>

Velho, L. (2011). Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. *Sociologias*, 13(26), 128–153. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000100006>

Xavier, J. C. M. M. (2022). *Silêncio e invisibilidade: Iniquidades expressas na comunicação sobre deficiência em campanhas do Ministério da Saúde, entre 1988 e 2020* [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz].